



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

**CLIPPING**  
**10 de dezembro**  
**de 2020**

# Com implementação de ações em prol de crianças e adolescentes Município conquista Selo Unicef

O Município de Imperatriz foi certificado com o Selo Unicef edição 2017-2020 em razão de ter alcançado com sucesso todos resultados propostos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que priorizam a aplicação de direitos de crianças e adolescentes na administração municipal. Ao todo, 431 municípios do país receberam esta certificação.

Para conquistar esse reconhecimento, o Município de Imperatriz, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Sedes, teve de cumprir algumas etapas.

A primeira delas foi criar uma comissão composta por adolescentes e integrantes de várias secretarias municipais para cumprir os desafios propostos pela entidade.

"Dentre os desafios estavam o de preparar a sociedade e promover ações como esporte inclusivo, alimentação saudável, lei de aprendizes, inclusão digital, o uso seguro da internet, Educação para a cidadania, inclusão escolar, troca de saberes, escola temática, saúde sexual e enfrentamento ao **racismo**", explicou o articulador municipal do Selo Unicef, Alberto Clezio Sousa Oliveira.

Durante o período de 2017 até o dia 30 de novembro deste ano, o grupo de trabalho desenvolveu atividades como fóruns comunitários, audiências públicas dentre outras ações dos 19 desafios voltados para saúde, educação, esporte, lazer e cultura.

O prefeito Assis Ramos falou sobre a importância deste reconhecimento. "É dever de todo gestor público promover o bem-estar das crianças e adolescentes do seu município.

Então me sinto realizado em Deus ter me permitido desenvolver políticas públicas voltadas a este público e na garantia dos seus direitos. Em julho deste ano recebemos o título de Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq e agora, recebemos com muita alegria o Selo, com certeza fruto de esforço e trabalho nestes quatro anos".

Janaina Ramos, secretária de Desenvolvimento Social, reconheceu o esforço da equipe para alcançar

o prêmio.

"Parabéns a todos os envolvidos, foi um grande esforço da Sedes e de outras pastas da administração municipal.

Esse título vem para demonstrar a grandeza e a competência dessa gestão", enfatizou.

Alberto Clezio destacou que, em parceria com a Semed, por exemplo, foram realizadas buscas ativas escolares que resultaram no mapeamento de 558 adolescentes que estavam fora da escola. O resultado foi um marco para o município.

"Receber este premio é muito importante para Imperatriz, porque ele culmina com outro programa que eu também era coordenador que é o prefeito Amigo da Criança", observou Alberto Clézio acrescentando que a "virada na educação foi uma ação fantástica".

Devido à pandemia do Novo coronavírus, as últimas etapas foram cumpridas de forma remota e outra conquista foi a presença de jovens e adolescentes, de modo especial, que participaram das ações da zona rural. "(João Rodrigues - Colaboração Sara Batalha / Ascom)

**Site:**

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/173/20201210.pdf>

# Deputado é alvo de operação da Polícia Federal

Polícia Federal deflagrou, ontem (09), a Operação Descalabro que apura suposto esquema criminoso no **Maranhão** voltado ao **desvio de recursos** públicos, da área da saúde, por meio do direcionamento de licitações. Estimase que a fraude pode ter gerado prejuízo de R\$ 15 milhões aos cofres públicos.

Segundo a PF, um Deputado Federal do Estado do **Maranhão** teria desviado dinheiro de suas emendas parlamentares à área da saúde, de abril a dezembro de 2020.

A Polícia Federal não divulgou o nome, mas o alvo foi o deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL).

De acordo com a Polícia Federal, o Deputado destinou emendas parlamentares, no montante R\$ 15 milhões, para os municípios do interior do Estado do **Maranhão**, seu reduto eleitoral. Os Fundos Municipais de Saúde, ao receberem os recursos, firmaram contratos fictícios com empresas "de fachada", pertencentes ao Deputado, que estão em nome de interpostas pessoas, desviando, assim, o dinheiro público. Posteriormente essas empresas efetuaram saques em espécie e o dinheiro era entregue ao Deputado, no seu escritório regional parlamentar em São Luís.

Em uma investigação iniciada pela Polícia Federal, quatro meses atrás, conseguiu-se não apenas constatar os desvios, como também acompanhar os saques e realizar o registro de áudio e vídeo da distribuição dos valores no escritório regional do parlamentar. A investigação corre em sigilo perante o Supremo Tribunal Federal.

O Ministro Ricardo Lewandowski autorizou o cumprimento de 27 de mandados de busca e apreensão na cidade de São Luís e no interior do **Maranhão**, determinando o bloqueio de mais de R\$ 6 milhões em patrimônio do parlamentar federal, entre outras medidas diversas da prisão.

O trabalho conta com a participação de 98 policiais federais. As penas se somadas podem chegar a 34 anos.

O nome da operação foi dado em razão do prejuízo pesado causado aos cofres públicos em plena época de pandemia.

**Site:**

**<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/173/20201210.pdf>**

# Deputado do Maranhão é alvo de operação da Polícia Federal

Polícia Federal realizou a Operação Descalabro, que apura suposto esquema criminoso no **Maranhão** voltado ao **desvio de recursos** públicos, da área da saúde, por meio do direcionamento de licitações. Estima-se que a fraude pode ter gerado prejuízo de R\$ 15 milhões aos cofres públicos. O suspeito é o deputado federal Josimar Maranhãozinho (PL). P3

**Site:**

**<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/173/20201210.pdf>**

# PF deflagra operação contra deputado

A Polícia Federal deflagrou a "Operação Descalabro", que apura suposto esquema criminoso no **Maranhão** que faz **desvio de recursos** públicos, da área da saúde, através do direcionamento de licitações, gerando prejuízo de R\$ 15 milhões aos cofres públicos.

De acordo com informações da Polícia Federal, o deputado federal do **Maranhão**, Josimar de Maranhãozinho (PL), teria desviado dinheiro de suas emendas parlamentares à área da saúde, de abril a dezembro de 2020.

Ele destinou emendas parlamentares, no montante R\$ 15 milhões, para os municípios do interior, que seriam seu reduto eleitoral.

Ainda de acordo com as investigações da polícia, os Fundos Municipais de Saúde, ao receberem os recursos, firmaram contratos fictícios com empresas "de fachada", pertencentes ao parlamentar, que estão em nome de interpostas pessoas, desviando, assim, o dinheiro público.

Logo depois essas empresas efetuaram saques em espécie e o dinheiro era entregue no escritório regional parlamentar em São Luís do deputado federal.

## Investigação

A investigação ainda corre em sigilo perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

Quatro meses atrás, uma investigação iniciada pela Polícia Federal, além de constatar os desvios, acompanhou os saques e fez o registro de áudio e vídeo da distribuição dos valores no escritório regional do parlamentar.

## Operação

O ministro do STF, Ricardo Lewandowski, autorizou o cumprimento de 27 de mandados de busca e apreensão na cidade de São Luís e no interior do **Maranhão**, determinando o bloqueio de mais de R\$ 6 milhões em patrimônio do parlamentar federal, entre outras medidas diversas da prisão.

O trabalho conta com a participação de 98 policiais federais. O nome da operação foi dado em razão do prejuízo pesado causado aos cofres públicos em plena época de pandemia.

**Site:**

**<https://banca.oimparcial.com.br/oimparcial/2020/12/3912>**

**6/**

# Deputado federal é alvo de operação da Polícia Federal no Maranhão

O deputado federal Josimar de Maranhãozinho (PL) foi alvo na manhã de ontem de uma operação de busca e apreensão deflagrada no estado pela Polícia Federal (PF). A ação teve por objetivo apurar suposto esquema de desvios de recursos públicos da área da Saúde, por meio de direcionamento de licitações.

A suspeita é de que o deputado esteja envolvido no desvio de cerca de R\$ 15 milhões, com uso de emendas parlamentares destinadas para municípios.

Policiais federais foram até ao escritório de Josimar de Maranhãozinho e encontraram uma grande quantia em dinheiro em espécie.

O montante - cerca de R\$ 2 milhões -, foi apreendido pela PF.

A Justiça determinou o bloqueio de mais de R\$ 6 milhões em patrimônio de Josimar.

O parlamentar afirma ter sido alvo de perseguição política após ter reafirmado a sua pré-candidatura ao Governo do Estado em 2022.

Esquema De acordo com a PF, em release encaminhado à imprensa, no esquema investigado, os Fundos Municipais de Saúde, ao receberem os recursos oriundos de emendas parlamentares, firmaram contratos fictícios com empresas "de fachada", pertencentes ao deputado, que estão em nome de interpostas pessoas.

Posteriormente essas empresas efetuaram saques em espécie e o dinheiro era entregue ao deputado, no seu escritório regional parlamentar em São Luís. Em uma investigação iniciada pela Polícia Federal, há quatro meses, os investigadores conseguiram constatar os desvios e acompanhar os saques e realizar o registro de áudio e vídeo da distribuição dos valores no escritório regional do parlamentar.

A investigação corre em sigilo perante o Supremo Tribunal Federal.

O ministro Ricardo Lewandowski autorizou o cumprimento de 27 de mandados de busca e apreensão na cidade de São Luís e no interior do Maranhão. Josimar, contudo, não foi preso



**Site:**

**<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/12/10>**

**/**

# Ministério Público participará do III Encontro de Novos Gestores do Maranhão

*Eduardo Ericeira*

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, participa, nesta quinta-feira, 10, da terceira edição do Encontro dos Novos Gestores Municipais. O evento, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pela Federação Maranhense dos Municípios (Famem), tem o objetivo de discutir mecanismos de aprimoramento do processo de transição nas gestões municipais.

Do **Ministério Público** também participarão do encontro a diretora da Escola Superior da instituição, Karla Adriana Holanda Farias Vieira, bem como as promotoras de justiça Sandra Fagundes Garcia e Nahyma Ribeiro Abas.

O encontro, que terá transmissão ao vivo, a partir das 8:30h, pelas redes sociais da Famem, também contará com a presença do governador do estado, Flávio Dino, do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Othelino Neto, assim como representantes das instituições idealizadoras do evento.

**Site:**

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/12/ministerio-publico-participara-do-iii.html>

# Dr. Julinho e Júnior Lago visitam MP de São José de Ribamar

O prefeito eleito de São José de Ribamar, Dr. Julinho (PL), participou nesta quarta-feira (9), ao lado do vice-prefeito eleito, Júnior Lago (Avante), de uma visita de cortesia a Promotoria de Justiça do Município.

No encontro, que contou com as participações da promotora Bianka Sekeff, e do promotor Emanuel Guterres, Julinho falou do desejo em garantir direitos constitucionais aos munícipes e da importância da Promotoria.

" O objetivo da nossa visita é colocar a nossa gestão à disposição do MP e levar aos nossos munícipes uma gestão transparente " , destacou o prefeito eleito.

A visita, de cortesia, mostra o bom relacionamento da dupla de eleitos com o **Ministério Público** e aponta para uma gestão de garantias de direitos aos ribamarenses.

Do MARAMAIS

**Site:** <https://blogdominard.com.br/2020/12/dr-julinho-e-junior-lago-visitam-mp-de-sao-jose-de-ribamar/>

# MPMA promove primeiro módulo de curso sobre combustíveis e GLP

O primeiro módulo do curso "Atuação e atualização do GLP, combustíveis e derivados de petróleo" foi ministrado na manhã desta quarta-feira, 9, de forma virtual, para membros e servidores do **Ministério Público** do Maranhão que atuam na área do Consumidor.

O curso foi gravado e será disponibilizado aos interessados na página da Escola Superior do **Ministério Público** do Maranhão (ESMP) no YouTube.

O treinamento é promovido pelo **Centro de Apoio Operacional do Consumidor** (CAOp- Consumidor) e a ESMP, em parceria com a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Na abertura, a coordenadora do CAOp- Consumidor, promotora de justiça Lítia Costa Cavalcanti, agradeceu por contar novamente com a parceria da ANP e ressaltou a importância do aprimoramento da fiscalização para regular a comercialização de combustíveis e de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) também conhecido como gás de cozinha, no Maranhão.

"O tema de combustíveis é recorrente no **Ministério Público**. Até hoje a gente vê gasolina armazenada em garrafas PET no interior do estado. Portanto, a gente precisa desse conhecimento para fazer um melhor enfrentamento", disse.

Lítia Cavalcanti acrescentou que o curso terá mais três módulos. "Vamos apresentar um conteúdo completo para que todos possam estar capacitados para a fiscalização do comércio de combustíveis e GLP".

**FISCALIZAÇÃO** O primeiro a se apresentar no módulo foi o chefe da Unidade de Fiscalização de Salvador da ANP (responsável por todo o Nordeste), Noel Santos, que abordou as ações de fiscalização da ANP, por meio da Superintendência de Fiscalização do Abastecimento e dos Núcleos Regionais de Fiscalização, que são sete em todo o país. "A atividade relativa ao petróleo é de extrema complexidade.

A nossa Superintendência é responsável pela verificação das atividades atinentes à distribuição e comercialização de combustíveis. O trabalho da

agência deve ser equacionado de acordo com o número de agentes econômicos e a quantidade de demandas", explicou.

No Maranhão, segundo o palestrante, existem em torno de 3 mil agentes econômicos que atuam no setor de comercialização, sendo aproximadamente 1.300 postos de combustíveis e 1.700 comércios de GLP.

# Equatorial deve regularizar fornecimento de energia em São Pedro da Água Branca

A Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia deve regularizar, no prazo 30 dias, o serviço de energia elétrica no Município de São Pedro da Água Branca, sem variações de tensão, e adquirir novos equipamentos, recuperar os já existentes, ou ampliar a capacidade instalada de fornecimento e distribuição de energia.

A empresa também deve adotar as medidas necessárias para que o serviço de energia elétrica seja prestado de forma regular, eficiente, adequada e contínua e reparar os danos suportados pelos consumidores, devido ao fornecimento irregular, inadequado, precário e descontínuo de energia elétrica no Município, a contar de 16 de agosto de 2015.

A sentença, do juiz Rafael Felipe de Souza Leite, confirmou decisão liminar anterior que concedeu tutela de urgência nesse sentido, tendo em vista que não houve, nos autos do processo, demonstração do atendimento da primeira ordem judicial. Diante da omissão da empresa, o juiz determinou, ainda, aumento da multa cominatória anteriormente fixada e, independente do valor já consolidado atualmente, para o patamar de R\$ 50 mil por dia de descumprimento, após o fim do prazo de trinta dias para atendimento da obrigação.

A sentença acolheu pedido do **Ministério Público** (MP) estadual para obrigar a empresa a fornecer, em São Pedro da Água Branca, serviço de energia elétrica eficiente, regular, e contínuo, com cominação de multa diária em caso de inadimplemento, bem como condenada ao pagamento de indenização genérica aos consumidores lesados e, ainda, a divulgar a parte da condenação que consta na sentença judicial.

No pedido, o MP sustentou que a empresa, desde longa data, não fornece energia elétrica de modo regular ao município de São Pedro da Água Branca, ocasionando constante oscilação e queda de energia.

Em decorrência disso, até mesmo o fornecimento de água vem sendo prejudicado na cidade, por conta da precariedade dos níveis de tensão, que causam danos nas bombas d'água instaladas nos poços da CAEMA.

Em reunião na sede da Promotoria de Justiça a CEMAR se comprometeu a substituir condutores, postes e cruzetas, em fim de vida útil, na área central

da cidade, até novembro de 2016, mas não comunicou o cumprimento desse acordo feito com a CAEMA.

O MP informou, ainda, a ocorrência de manifestação popular, no ano de 2018, com bloqueio da estrada de ferro Carajás, na altura do KM 664, por cerca de cem pessoas, que reivindicavam a normalização dos serviços de energia elétrica às comunidades Primeiro Cocal, Cabeça Gorda, e demais povoados na zona rural de São Pedro da Água Branca.

Além disso, juntou Boletim de Ocorrência em que foi relatada a perda de mercadorias dos trabalhadores rurais, com a falta de energia elétrica para refrigeração dos pescados. O próprio **Ministério Público**, nos anos de 2017 a 2018, disse ter sido prejudicado com as oscilações e quedas de energia danificaram um computador, uma impressora e um estabilizador da Promotoria de Justiça local.

**ADEQUAÇÃO E CONTINUIDADE** O juiz fundamentou a sentença na Lei n. 8.987/95 que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Essa lei regulamentou as concessões e permissões de serviços públicos, estabeleceu critérios para seu fornecimento, estabelecendo critérios para seu fornecimento, bem como direitos e deveres do usuário, destacando-se os princípios da adequação do serviço e da continuidade.

Conforme o texto legal, "serviço adequado" é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. E a "atualidade" compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Outra lei mencionada pelo juiz (Lei nº 9.427/1996) criou a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, por sua vez, emitiu a Resolução n. 414/2010 dispoendo dispõe sobre a adequação e continuidade do serviço de fornecimento de energia elétrica e estabelecendo parâmetros gerais para o fornecimento de energia elétrica e dispoendo sobre a adequação e continuidade do serviço de fornecimento de energia elétrica.

Por meio do contrato com a ANEEL, a concessionária de energia elétrica é obrigada "a adotar tecnologia adequada e a empregar materiais, equipamentos, instalações e métodos operativos que, atendidas as normas técnicas brasileiras, garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas".

Na sentença, o juiz conclui, conforme demonstrado pelo **Ministério Público**, o fornecimento de energia elétrica em São Pedro da Água Branca é ineficiente, irregular, precário, descontínuo e inadequado. "A frequente oscilação brusca, aliada à falta absoluta no fornecimento por longos períodos, ambos fora das hipóteses legais e regulamentares de desligamento (inadimplência ou reparação emergencial), ocasionam incalculável prejuízo existencial e material a todos os destinatários do serviço", ressaltou. (Helena Barbosa - Asscom CGJ)

**Site:**

**<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/173/20201210.pdf>**

# LARISSA SÓCRATES É ELEITA DIRETORA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SANTA INÊS

A promotora de justiça Larissa Sócrates de Bastos foi eleita para exercer a função de diretora das Promotorias de Justiça de Santa Inês para o exercício de um ano.

Candidata única, a titular da 1ª Promotoria de Justiça de Santa Inês foi confirmada, por aclamação, dos demais promotores de justiça da comarca. Redação: (CCOM-MPMA)

**Site:**

***<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=16225>***

# Mais um concurso público é suspenso no Maranhão

A pedido do **Ministério Público do Maranhão**, o Poder Judiciário suspendeu, por tempo indeterminado, devido à pandemia, as provas do concurso público do Município de Feira Nova do **Maranhão** que seriam realizadas em 20 de dezembro.

A decisão é da 3ª **Câmara Cível** do Tribunal de Justiça em resposta ao Agravo de Instrumento interposto pelo **promotor de Justiça** Adoniran Souza Guimarães.

O **MPMA** ajuizou, anteriormente, **Ação Civil Pública** solicitando liminar para suspender as provas do concurso em virtude do aumento do número de infectados pelo coronavírus na cidade de Feira Nova do **Maranhão**. Como a solicitação foi indeferida, a Promotoria de Justiça recorreu para reverter a decisão da 1ª instância.

As provas devem ser realizadas após o restabelecimento da situação de normalidade sanitária. Caso a suspensão das provas seja descumprida, o Município de Feira Nova do **Maranhão** deverá pagar multa diária de R\$ 200 mil.

**Site:** <https://blogdominard.com.br/2020/12/mais-um-concurso-publico-e-suspenso-no-maranhao/>